



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

02 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA AJUDA
LISBOA — PORTUGAL
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR
ANTÔNIO DOS SANTOS RAMALHO
EANES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Portuguesa, Antônio dos Santos Ramalho Eanes:

O honroso convite de Vossa Excelência, por mim aceito, dá ensejo a que eu retribua o seu gesto para com o Brasil, quando nos visitou há três anos. Entre os brasileiros, a presença de Vossa Excelência reforçou antigos laços de fraterna amizade. Idêntico propósito traz-me agora a Portugal.

Une nossos países, mais que o passado de harmonia e cooperação, mais que a língua comum, mais que afinidades de cultura, o imperativo do sentimento de nossos povos. Por isso, a relação entre nós transcende às contingências e inclinações de regimes e Governos, porque se realiza no mais elevado dos planos — no coração e no espírito de homens livres.

Essa comunhão, Senhor Presidente, constitui elemento evidente e tangível de nossas respectivas naciona-

lidades. Governo algum poderia modificá-la. Cabe a nós, governantes, tão-somente interpretá-la, e facilitar-lhe a plenitude da expressão. Desta convicção de comunhão tão cara a todos os brasileiros.

Os caminhos que se abrem a nossos povos tendem a ser paralelos; rumam num mesmo sentido e guardam analogia de fins. Querem o Brasil e Portugal assegurar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Temos consciência de que o esforço de desenvolvimento é, em sua essência, nacional. Depende do trabalho e do empenho de cada qual. Não pode, porém, o ingrediente internacional ser dispensado. Não há mais lugar para a autarcia, se a meta é o desenvolvimento efetivo e amplo, criador de oportunidades de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais da modernidade. Daí, ser fundamental a cooperação em bases igualitárias, que aproxime os povos em empreendimentos comuns e fraternos.

Talvez aí Portugal e Brasil encontrem um ponto comum em suas concepções de estilo e objetivos diplomáticos: participação plena na vida internacional, mas voltada para a cooperação e a harmonia; convivência destinada a contribuir em cada momento, ainda que modestamente, para que a paz e o desenvolvimento dêem passos à frente.

Essa coincidência de propósitos está assentada na irrestrita adesão de nossos países aos princípios basilares do convívio entre Nações: igualdade soberana, autodeterminação, não-intervenção e respeito mútuo. Portugal, como o Brasil, reconhece o caráter dinâmico da vida internacional. Nossa adesão a princípios não aceita a estagnação. É uma proposta de superação dos vícios do sistema internacional, mas que traz o sentido de que a melhor mudança é aquela feita com a preservação do

melhor na ordem atual. E a autodeterminação e a independência são conquistas necessárias. Dessa forma, o diálogo voltado para a transformação será feito em bases de participação universal, construído pelo esforço de todos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, para a criação de uma ordem internacional mais justa.

Escolhemos no Brasil um caminho universalista, de boa convivência com todas as nações, buscando, com cada uma, o empreendimento equilibrado, que satisfaça às necessidades do povo brasileiro e do seu parceiro. O universalismo implica o respeito e a compreensão pela individualidade das nações, sem veleidades e sem desconfianças estéreis. A imposição de esquemas globalizantes simplistas, os diagnósticos gerais sobre a vida internacional, as convocações unilaterais em nome da defesa de toda a Humanidade, geram menos aproximação do que desavença e tensão entre os povos. Trazem o pecado grave do desrespeito às particularidades individuais, quando o vício ainda maior do intervencionismo e da hegemonia.

Do lado dos sinais positivos do momento internacional, parece-me que a aproximação entre Portugal e seus vizinhos europeus é passo decisivo e importante. É natural que Portugal se volte cada vez mais para os seus vizinhos e que a Europa mostre crescente receptividade à presença portuguesa. O Brasil vê com interesse e agrado o progresso da integração européia. No novo perfil da política externa da Europa Ocidental, que surge seguro e promissor, discernimos um fator significativo para a construção da paz mundial e para a vivência dos valores que nos são caros.

O Brasil, por sua vez, extravasa dos estreitos conceitos tradicionais. Pertencemos, simultaneamente, ao

Ocidente e ao Terceiro Mundo. Não cabe optar entre um e outro, pois para nós eles se definem pelo próprio exame das circunstâncias de fato, e não são universos conflitantes. O Ocidente e o Terceiro Mundo devem buscar o caminho da mutualidade de interesses. Não será lícito, porventura, a um país ocidental defender seu direito ao desenvolvimento e à participação nas instâncias mundiais de decisão? O que obrigaria um país do Terceiro Mundo a renegar sua identidade cultural, ou a divorciar-se dos valores ocidentais, desvinculando-se de países com que mantém denso relacionamento? O Brasil certamente não se coloca em escaninhos arbitrários, mas reflete o que é.

A presente conjuntura internacional não mais se ajusta a padrões pré-estabelecidos, oriundos, em grande parte, de interesses de poder. Embora discrepantes da nova configuração internacional, esses padrões continuam a impregnar os mecanismos de decisão, em matéria tanto política quanto econômica. Há imobilidade, quando a vida internacional reclama fluidez e dinamismo.

É preciso que tenhamos, todos, uma percepção nítida do quadro global, sem mitos nem artificios. Não devemos permitir que fórmulas exógenas prejudiquem a visão de nossas realidades imediatas.

Tampouco devemos deixar-nos levar por concepções que pouco ou nada têm de construtivo; concepções que prejudicam o entendimento entre os Estados e o progresso da Humanidade. Refiro-me a ideários políticos, que buscam enquadrar a realidade em esquemas cristalizados. Exigem dos protagonistas na cena internacional definições extremas e impõem-lhe rótulos simplistas, que

violentam as personalidades nacionais. Tais atitudes só fazem alimentar diferenças, ao invés de explorar aquilo que une as nações.

Os Estados — como os homens — não se amoldam a categorias absolutas. Têm peculiaridades próprias, e diferenciações por demais sutis, a que se repugnam enquadramentos rígidos.

O Brasil acredita no respeito às particularidades nacionais e às dinâmicas regionais. Refuta toda tentativa de transpor conflitos de uma esfera para outra. Tensões globais transferidas para o nível regional não se atenuam. Pelo contrário, propagam-se e tornam-se fonte permanente de crises.

À realidade econômica da interdependência deve corresponder uma nova realidade política. A participação na gerência dos negócios e destinos internacionais necessita ser ampla, autêntica e fundada em participação aberta. Não pode ser domínio exclusivo de países desenvolvidos, pois a manter-se a presente situação não é difícil prever que todo o movimento negociador vai reproduzir a injustiça, ao invés de superá-la. Não é essa a aspiração dos povos.

Por tudo isso, o Brasil deseja ver estabelecida uma nova ordem mundial, fundada no consenso e na participação democrática. Acreditamos que todos os Estados têm o direito e, mais ainda, o dever de participar de modo eqüitativo.

Nenhum Estado pode invocar a prerrogativa da omissão. Assim como cada indivíduo é responsável perante a sociedade em que vive, cada país é também responsável perante a Humanidade. Todos têm o mesmo

dever essencial de contribuir ativamente, na medida de suas responsabilidades, para a paz e para o progresso dos povos.

O Brasil fala com voz própria e sempre em nome próprio. Não queremos mandatos ou delegações. Não temos, pronta e acabada, nenhuma utopia, nem mesmo receita para as dificuldades contemporâneas do sistema internacional. Mas nossa atitude internacional, de cooperação e de boa convivência, está fundada em certos pressupostos e práticas que, acredito, podem valer com utilidade para a harmonização dos interesses das Nações. Temos fidelidade à negociação serena e equilibrada, e lutamos para que nesta base se propague um clima de confiança, longe do qual a paz não pode prosperar.

Brasil e Portugal possuem hoje percepção clara de seus respectivos papéis no cenário mundial. Estou certo de que não nos falta a coragem necessária ao desempenho das tarefas que a História impõe. Mercê de seu bom cumprimento, ter-nos-emos alçado à altura de nossas responsabilidades.

Ambos os países têm, igualmente, concepção precisa de seu relacionamento recíproco, no qual sobressai amplo acervo de entendimento e cooperação. Há vasto campo para que se alargue e aprofunde o intercâmbio bilateral. Dispomos de amplo quadro institucional a alicerçar nossas realizações conjuntas. Resta-nos dar a esse instrumental a mais intensa e extensa aplicação, para que as formas concretas do relacionamento bilateral adquiram dimensões condizentes com os anseios dos dois povos e com as potencialidades de cada país.

Senhor Presidente,

Em terra portuguesa, comove-me a acolhida espontânea e generosa que recebi. Cresce meu sentimento de

admiração por esta civilização que, com tanta felicidade, conjuga valores multisseculares com o dinamismo dos empreendimentos e das técnicas modernas. Possa o nosso encontro servir de inspiração a brasileiros e a portugueses para a busca de formas inovadoras e fecundas de adensar a cooperação bilateral.

Em nome de todos os brasileiros, ergo minha taça pela crescente prosperidade do povo português, pelo progresso das relações luso-brasileiras, e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Ramalho Eanes.